

ESPAÇO DAS ÁGUAS

6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio-Piancó-Piranhas-Açu em Cajazeiras-PB

Por Ivanilson Barros

Nos dias 17 e 18 de maio em Cajazeiras-PB, no Auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, Campus Cajazeiras/PB, ocorreu a 6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA). O Presidente do CBH PPA, Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, deu abertura à Reunião, que contou com um número de participantes em torno de 52 pessoas, sendo 30 membros com direito a voto.

O primeiro dia da 6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio-Piancó-Piranhas-Açu foi marcado por muitas discussões. Vários pontos foram apresentados pela 1ª Secretária do CBH PPA, Sra. Maria Geny Formiga de Farias, dentre eles: a eleição da Diretoria Colegiada, biênio 2011-2013 e as Deliberações as quais foram votadas durante a 5ª RO.

Durante os informes da Diretoria, a 2ª Secretária do CBH PPA, Sra. Maria de Lourdes Barbosa de Sousa, informou que a coordenação do DNOCS esteve em audiência com o Ministério Público Federal em Sousa/PB, cujo objetivo seria realizar uma audiência pública que irá tratar da questão da operação do complexo do reservatório de Engenheiro Ávidos e São Gonçalo. O CBH PPA será convocado a participar desta audiência pública.

Às 15h, o especialista em recursos hídricos da Agência Nacional das Águas, José Carlos Queiroz, fez uma apresentação sobre a regularização da lei nº 12.334, que fala sobre a Segurança de Barragens. E às 16hs, os representantes da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESPA), Chico Lopes e Lovânia Maria, fizeram uma apresentação sobre a cobrança pelo uso da água no Estado da Paraíba, resumindo o tema em um histórico de origem, implantação e cobrança.

Na mesma temática, da cobrança pelo uso da água, o especialista em recursos hídricos da ANA, Marcos Amorim, fez a apresentação sobre a cobrança em âmbito nacional, demonstrando as bacias que já implementaram a cobrança e como funciona todo o processo, desde a instalação até os valores correspondentes ao uso.

O evento que ocorreu durante toda a tarde da quinta-feira, 17 de maio, teve seu fim às 19h, onde ainda foi aberto três blocos de perguntas para os convidados fazerem questionamentos referentes às apresentações.



6ª Reunião Ordinária do CBH PPA, em Cajazeiras-PB, contou com a participação de 30 membros

No dia 18 de maio, às 8h da manhã, foi dado início ao segundo dia da reunião. A primeira apresentação do dia foi feita por Tarcísio Valério da Costa, que apresentou um vídeo sobre Ações de Saneamento Básico Mitigadores de Impacto Ambiental no município Bonito de Santa Fé/PB.

Na sequência de apresentações, foi a vez do Projeto Caatinga Viva - Vale do Açu no Rio Grande do Norte pela Sra. Ana Maria Cardoso de Almeida, que descreveu o objetivo do projeto, que é implementar e difundir tecnologias de adensamento ligno-celulósico em substituição ao uso da lenha nativa, tendo como parceiro a Petrobras, ANEA, IFRN, CAERN e EMBRAPA.

Para finalizar as apresentações, foi dado espaço aos membros e convidados para questionarem acerca das apresentações. Logo após, foi feita pela 1ª Secretária do CBH PPA, Maria Geny Formiga de Farias, a análise e aprovação do calendário de reuniões plenárias - biênio 2012-2014.

O evento foi encerrado às 13hr do dia 18 de maio, pela Sra. Maria Geny Formiga de Farias, que agradeceu a presença, a participação e a colaboração de todos.

Dentre os participantes: representantes da Agência Nacional das Águas (ANA); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN (SEMARH); Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia da PB (SERHMACT); Superintendência de Administração do Meio Ambiente da PB (SUDEMA); Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN); Companhia de Águas e Esgotos do

RN (CAERN); Instituto de Desenvolvimento Sustentável do RN (IDEMA); Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB; Prefeitura Municipal Juazeirinho-PB; Prefeitura Municipal de Parelhas; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); ONG Carnaúba Viva; ONG S.O.S Rio Piancó; Colônia de Pescadores de Piancó; Prefeitura Municipal de Bonito Santa Fé-PB.





Especialista da ANA faz palestra sobre regularização da Lei de Segurança de Barragens na 6ª RO do CBH PPA em Cajazeiras-PB

Por Ivanilson Barros

No dia 17 de maio, em Cajazeiras-PB, durante a 6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), o especialista em recursos hídricos da Agência Nacional das Águas (ANA), José Carlos Queiroz, fez uma apresentação da situação atual da contratação de Plano de Recursos Hídricos da Bacia e também sobre a regularização da Lei nº 12.334, que fala de segurança de barragens.

Em relação à contratação do Plano da Bacia, o especialista informou que o Termo de Referência - documento que define o formato, as regras e o processo de como se dará o plano - foi aprovado em reunião do Comitê em novembro de 2010, na cidade de Itaporanga/PB. Segundo ele, o Comitê encaminhou ofício à ANA solicitando a elaboração do Plano de Recursos Hídricos, sendo este aprovado pela Diretoria Colegiada com edital lançado em 09 de junho de 2011. Segundo ele o tempo previsto para conclusão de todo processo será no final de julho/2012.

Na apresentação sobre a regularização da Lei nº 12.334 de segurança de Barragens, segundo ele, a lei veio preencher uma lacuna na legislação brasileira referente à segurança das barragens. Disse



que esta estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, destinados à acumulação de água para quaisquer usos, disposição final ou temporária de resíduos industriais, e que também cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

As barragens que serão fiscalizadas devem apresentar as seguintes características, segundo a Lei 12.334, a altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15 (quinze) metros; capacidade total do reservatório maior ou igual a três milhões de metros cúbicos; reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas aplicáveis; categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas.

Existem também outros ins-

trumentos que a Lei 12.334 destaca, dentre eles: Sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado; Plano de Segurança de Barragens, o qual contempla as inspeções de segurança, Plano de Ações de Emergência e a Revisão periódica de segurança; dentre outros. Informou que a ANA antes de publicar cada resolução sobre segurança de barragens, tem realizado audiências públicas, via site, com diversas contribuições registradas, sendo algumas dessas recebidas e avaliadas.

Na palestra foi apresentada a Resolução da ANA de nº 742, a qual estabelece a periodicidade, qualificação da equipe responsável, conteúdo mínimo e nível de detalhamento das inspeções de segurança regulares; a Resolução da ANA nº 091, informando que todas essas resoluções estão disponíveis no site da ANA. Falou sobre o Plano de Segurança de Barragens, o qual deverá ser composto por cinco volumes, sendo: Informações Gerais; Planos e Procedimentos; Registro e Controle; Plano de Ação de Emergência e Revisão Periódica de Segurança de Barragens.

O especialista também relatou algumas das responsabilidades do empreendedor, dentre elas: informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração que possa acarretar redução de capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança; permitir o acesso irrestrito ao órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do Síndico ao local da barragem e à sua documentação de segurança, dentre outros.

O especialista terminou sua apresentação reforçando que quando se trata de segurança de barragem a competência de fiscalizá-la é de quem concede a outorga. Disse também que 131 barragens são fiscalizadas pela ANA em todo Brasil, sendo 54 dentro da Bacia do Piancó-Piranhas-Açu.





Especialista em Recursos Hídricos da ANA esclarece em apresentação na 6ª RO do CBH PPA sobre cobrança pelo uso da água no âmbito nacional

Por Ivanilson Barros

O especialista em recursos hídricos da Agência Nacional das Águas (ANA), Marco Antônio Amorim, fez uma apresentação durante a 6ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) em Cajazeiras-PB, no dia 17 de maio, sobre a cobrança pelo uso da água no âmbito nacional.

Durante a sua apresentação esclareceu a gestão da Bacia Piranhas-Açu que possui três gestores: a União, o Estado do RN e o Estado da Paraíba. Nisso, foi citado as atribuições diretas do comitê em relação a cobrança, destacando três importantes pontos: estabelecer os mecanismos de cobrança e sugerir os valores a serem cobrados; aprovação e acompanhamento da execução do plano de Recursos hídricos e propor ao CNRH/CERH as acumulações derivadas, captadas e lançadas de pouca expressão.

O especialista demonstrou em sua apresentação que já existem oito comitês interestaduais instalados, e desses, quatro já implementaram a cobrança: o Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá (CPJ), São Francisco e o Rio Doce. Em relação aos comitês estaduais, informou que em todo país existem aproximadamente 170 comitês criados, desse, 23 já implementaram a cobrança, sendo 4 em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro e 9 em Minas Gerais.

Ao falar sobre a Lei 9.984/00, que estabelece a cobrança das UHEs de todo país, corresponde a 0,75% da energia produzida,



totalizando aproximadamente R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) ano. Esses recursos são utilizados para toda implementação do sistema, citando como exemplo o Termo de Parceria firmado entre a ANA e a ADESE, como também todos os custos para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu.

Na apresentação ficou demonstrado as etapas a serem seguidas para implementar a cobrança, que está dividida em três etapas: Construção da proposta de mecanismos e valores; Deliberação dos Comitês e Conselhos; Operacionalização e início da cobrança.

Já a fórmula para cobrança é definida em: base de cálculo x preço unitário x coeficientes (que são ajustes - esses introduzidos para atingir objetivos específicos), existindo também cobrança pelo lançamento de poluentes.

Em relação aos preços cobrados pelo uso da água com domínio da união, citou como exemplo o São Francisco, que cobra desde o ano de 2010 os seguintes valores: R\$ 0,01 pela captação da água bruta; R\$ 0,02 pelo consumo de água bruta; R\$ 0,07 pelo lançamento

de carga orgânica e R\$ 0,015 pela transposição de águas (abastecimento público).

Ficou demonstrado que as Bacias praticam valores diferenciados para o Setor Agropecuário, citando que no Paraíba do Sul, paga 20 vezes menos que demais setores; no Piracicaba, Capivari e Jundiá (CPJ), paga de 2 a 20 vezes menos que

os demais usuários e no São Francisco e no Rio Doce, para 40 vezes menos que os demais usuários.

Nos gráficos apresentados a maioria dos usuários do São Francisco estão no Setor Agropecuário, sendo a transposição sua maior fonte de arrecadação. Em relação ao São Francisco mostrou sobre os impactos em relação aos usuários na Bacia nos setores de saneamento, irrigação, mineração e criação animal.

O especialista da ANA finalizou sua apresentação relatando alguns dos desafios em relação à aplicação dos recursos arrecadados, tais como: maior agilidade no desembolso; alavancar recursos de outras fontes para investimento na bacia e reembolso dos recursos (empréstimos).

Já em relação aos desafios e aos mecanismos e valores esclareceu: adotar fórmulas simples, aumentar os valores e adotar correção inflacionária. Por fim, concluiu dizendo que a cobrança pelo uso de recursos hídricos não é um imposto, nem taxa, é um preço condicional pela utilização de um bem público.

Representantes da AESA fizeram apresentação sobre a cobrança pelo uso da água no Estado da Paraíba

Por Ivanilson Barros

Os representantes da Agência Executiva de Gestão da Águas da Paraíba (AESA), Francisco Lopes e Lovânia Maria, ambos membros do CBH PPA, fizeram um apresentação, durante a 6ª Reunião Ordinária do CBH PPA em Cajazeiras-PB, sobre a cobrança pelo uso da água no Estado da Paraíba, resumindo o tema em um histórico de origem, implantação e cobrança.

A explanação inicial, feita pela técnica da AESA, foi iniciada com a definição de que a cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos de gestão da Lei Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com a Lei Federal 9.433/97. Nisso foi destacado alguns dos objetivos da cobrança como: reconhecer a água como um bem econômico; Incentivar o uso racional; obter recursos financeiros para aplicação de estudos e projetos na Bacia, tendo também como fins de regular o uso racionado da água.

Quanto à importância da cobrança, a representante da AESA citou a redistribuição dos custos sociais na qualidade dos afluentes lançados, além do desenvolvimento de estudos e programas dentro da própria Bacia. Disse que na Paraíba a cobrança começou em 1996, através da Lei Estadual 6.308/96, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Em 2001, foi realizado um estudo elaborado através do projeto água semiárido, "Cobrança de Água no Estado da Paraíba".

No ano de 2003 a AAGISA, antiga Agência de Águas e Saneamento, elaborou o relatório "Cobrança no Estado da Paraíba", e que no período de 2003 a 2007 foi elaborado o Decreto sobre a Cobrança de Água Bruta no Estado da Paraíba. Já em maio de 2007 o CERH da Paraíba, encaminhou a minuta do decreto sobre cobrança para análise da Câmara Técnica de



Outorga, Cobrança e Licença de Obras Hídricas e Ações Reguladoras, disse também que com base na Lei 8.446/07 estabelece que a cobrança no Estado da Paraíba seja realizada pela AESA, e que os critérios, mecanismos e valores a serem cobrados serão estabelecidos mediante Decreto do Poder Executivo, após aprovação pelo CERH.

No estado da Paraíba ficou aprovado que 7,5% da cobrança ficaria para cobrir os custos de gerenciamento e os outros 92,5% para serem implementados em estudos e programas. Quanto ao programa de modelo de cobrança proposto, estão sujeitos à cobrança: abastecimento humano; indústrias; lançamentos de esgotos. E em relação a previsão de arrecadação dentro de cada bacia, informou que a Paraíba possui 11 Bacias, sendo 5 Federais e 6 estaduais.

No final da apresentação o representante da AESA, Francisco Lopes da Silva, disse que no estado da Paraíba existem três Atas deliberadas pelos três Comitês: do rio Paraíba, do Litoral Norte e Lito-

ral Sul, onde já foram definidos os percentuais para a cobrança e que essa Atas já foram aprovadas pelo comitê e pelo CERH. Sendo feita uma proposta a CERH para que esses parâmetros, relacionados a cobrança, sejam corrigidos a cada três anos para que possa assim se fazer uma melhor avaliação.

O representante informou que 2011 foi feita uma sugestão ao Governo do Estado da Paraíba, renovando a minuta do decreto estando no aguardo do sinal verde por parte do Governo para que possa, caso necessário, fazer alguma correção ou ajuste na minuta do decreto, e assim possam entrar no processo de trabalho para a realização da cobrança de água bruta.





CBH PPA realiza o curso: “O Papel do Comitê e suas Competências” no SEBRAE/Caicó

Por Ivanilson Barros

Nos dias 05 e 06 de junho na sede do SEBRAE/RN, em Caicó, aconteceu o curso: “O Papel do Comitê e suas Competências”, curso promovido e organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA).

O curso iniciado às 14h do dia 05 de junho teve seu início com as palestras: “ELEMENTOS DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS” e “GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: integração, descentralização e participação nas questões da água”, ministrada pela funcionária do DNOCS, membro suplente do CBH PPA, Dayse Fontenelle de Melo Antunes.

Na palestra, a funcionária do DNOCS mostrou os elementos de gerenciamento dos Recursos Hídricos listados a seguir: Planejamento, Operação, Manutenção, Monitoramento e Organização de Usuários. Logo após, na segunda palestra sobre Gestão de Recursos Hídricos, esclareceu dados sobre a água no planeta, e depois no Brasil. Expôs as multiutilizações da água e sobre consequências previstas no futuro, sobre a água. O destaque na palestra ficou sobre os aspectos legais da Gestão dos Recursos Hídricos, que foi demonstrado pelas Leis, listadas logo abaixo, em âmbito Nacional e Estadual sobre recursos hídricos.

A nível nacional: Decreto 22.643 – 10.06.1934 (Código de Águas); Lei nº 9.433 - 08.01.1997 (Lei das Águas) - que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, O Sistema Nacional dos Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos; e a Lei nº 9.984 – 17.07.2000 que cria a Agência Nacional de Águas (ANA).

Em âmbito estadual, no Rio Grande do Norte existe a Lei nº



6.908 – 01.06.1996, que estabelece a Política Estadual dos Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos. E no Estado da Paraíba existe a Lei nº 6.308 – 02.07.1996, que cria a Política Estadual de Recursos Hídricos.

No segundo do dia evento, iniciado às 08h da quarta-feira, do dia 06 de junho, foi realizada uma dinâmica com os participantes do curso, mediada por Dayse Fontenelle de Melo Antunes, que fez com que grupos de 5 participantes elaborassem torres que remetessem energia e ideias sustentáveis.

Na sequência do dia teve a palestra da 1ª Secretária do CBH PPA e funcionária da CAERN, Maria Geny Formiga de Farias, sobre o “ESTUDO DE CASO: O CBH PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU”. Na palestra foi mostrado os dados referentes a bacia do Piranhas-Açu, os principais usos da água da bacia, a fundação e instalação do Comitê, sua composição e diretoria, e também a agenda de reuniões que precisam ser realizadas, e para finalizar as atividades realizadas pelo Comitê desde de sua fundação (2009) até 2012.

O evento contou com uma participação de 30 convidados, entre membros do Comitê e também de representantes das instituições que fazem referência a bacia hidrográfica: IFPB, CAERN, DNOCS, IGARN, ADESE, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Jardim do Seridó-RN, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Caicó, Povoado Ermo de Carnaúba dos Dantas-RN, Prefeitura Municipal de Juazeirinho-PB, ONG S.O.S Rio Piancó.



AESA promove conferência internacional sobre política de governança hídrica



Especialistas em recursos hídricos de todo Nordeste foram convidados para a conferência “Política de governança hídrica: experiências na França e realidade no Nordeste brasileiro”, que aconteceu no dia 20 de junho, em João Pessoa.

O evento, promovido pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), será realizado no auditório da reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tem início programado para as 8h30.

O principal conferencista

será o diretor de assuntos internacionais da Agência de Águas Loire-Bretagne, o francês Michel Stein. A apresentação e intermediação do debate serão conduzidas pelo professor Alain Passet de Silans, da UFPB, com tradução simultânea para todos os partici-

pantes do evento.

Na manhã do dia 19 de junho, Michel Stein se reuniu com diretores e técnicos da AESA, na sede da Agência, na Capital. Durante a visita, foram discutidos temas como a legislação de recursos hídricos, a importância dos comitês de bacia, cobrança pelo uso da água bruta e política de aplicação destes recursos.

“Em relação a vários países da África e Ásia, o Brasil está bem avançado em termos de legislação,

pois começou a pensar nisso cedo. Por outro lado, se comparado ao Vietnã, que vem progredindo rapidamente, percebemos que a evolução brasileira ainda é lenta na aplicação destas leis”, avaliou Michel Stein.

O diretor de gestão da AESA, Chico Lopes, lembrou que a legislação brasileira teve inspiração na francesa e que diversas adequações foram necessárias em virtude das peculiaridades do país. “Esta troca de experiências é importante para percebemos nossas diferenças, aprender com elas e evoluir mais rápido. Por exemplo, no Brasil nós temos a Agência Nacional das Águas (Ana), um órgão federal que regulamenta os estados. Na França, as agências estaduais se relacionam diretamente com os ministérios da economia e meio ambiente”, explicou.

FONTE : <http://www.aesa.pb.gov.br/>

CBH PPA recebe visita de representantes da Bacia Mundaú/Paraíba do Meio de PE, no intuito de conhecerem o funcionamento do Comitê

Por Ivanilson Barros

No dia 24 de maio, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu recebeu, na sede do Centro de Apoio ao CBH PPA, em Caicó-RN, a visita técnica de um grupo de representantes da Bacia Mundaú e Paraíba do Meio do Estado de Pernambuco.

O grupo, composto por cinco representantes, três de Pernambuco e dois de Alagoas (estes integrantes da Comissão Provisória), vieram a sede do Centro de Apoio para tomar informações com a Diretoria do Comitê do rio Piancó-Piranhas-Açu sobre o arranjo institucional referenciado na resolução nº109 do CFRH, que fala sobre a implantação



e o funcionamento do Comitê.

Com isso, levarão subsídios necessários para uma possível criação de um Comitê que integrará os

estados de Pernambuco e Alagoas.

A visita, seguida de reunião, começou às 9h da manhã, e foi realizada na presença da Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, e também com a presença do vice-presidente do CBH PPA, José Procópio Lucena; Maria Geny Formiga, 1ª Secretária do CBH PPA; Coordenador e Secretário do Centro de Apoio ao CBH PPA, Emídio Gonçalves e Marcene Medeiros; e o Diretor-Presidente da ADESE, Galvão Freire.

Brasil terá cálculo sobre valor econômico da água

Quanta riqueza um litro de água gera quando utilizada pela indústria? Para responder a esta pergunta, o Brasil instituiu o Comitê das Contas Econômicas da Água nesta quinta-feira, 31 de maio, segundo consta da Portaria Interministerial assinada pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Planejamento (MP), Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União de hoje. O Comitê tem o objetivo de elaborar as contas econômicas ambientais da água, segundo a metodologia adotada pela Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando

as recomendações e boas práticas internacionais sobre o tema.

Para que o Comitê das Contas Econômicas da Água fosse instituído, o MMA e o MP levaram em consideração a necessidade de se acompanhar e monitorar as interações entre a economia e os recursos hídricos em virtude da importância da água para o desenvolvimento de atividades econômicas. Nesse sentido, a própria Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

Além dos dois ministérios, integrarão o grupo representantes da

Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por sua parte a ANA já vem desenvolvendo estudos sobre o panorama dos recursos hídricos do Brasil – o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2012 será lançado na próxima segunda-feira, por exemplo – que servirão de insumo para que o IBGE possa fazer a contabilização sobre os impactos econômicos da água.

Texto: Ascom/ANA

http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=10734

Analista da ANA visita sede do Centro de Apoio ao CBH PPA para acompanhar execução do termo de parceria ADESE/ANA

Por Ivanilson Barros



O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu recebeu no dia 05 de maio, na sede do Centro de Apoio ao Comitê, a analista de recursos hídricos da Agência Nacional das Águas (ANA),

Brandina de Amorim.

A analista esteve na sede do Centro para acompanhar a execução do Termo de Parceria 001/ANA/2011, firmado com a OSCIP, cujo objetivo é atender às neces-

sidades do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu.

O intuito da visita, seguida de reunião, é atuar preventivamente na detecção de problemas administrativos ou operacionais que possam comprometer o alcance das metas estipuladas no Termo de Parceria.

Presentes a reunião, a 1ª Secretária do Comitê, Maria Geny Formiga, o Coordenador e o Secretário do Centro de Apoio ao CBH PPA, Emídio Gonçalves e Marcone Medeiros, a técnica financeira do Comitê, Sanete de Medeiros, o Diretor-Presidente da ADESE, Galvão Freire e a Secretária da ADESE, Maria de Lourdes.



Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) lança documento que fala sobre o atual momento da seca no semiárido brasileiro

A Articulação no Semiárido Brasileiro (A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) lançou um documento encaminhado à Presidente Dilma Rousseff, aos governadores dos Estados no Semiárido Brasileiro, aos Prefeitos Municipais e à População Brasileira. O documento fala sobre o atual momento da seca no semiárido.

Segundo o texto, mais de 500 municípios encontram-se em estado de emergência. Não tem chovido o suficiente para acumular água nas cisternas, água para consumo e produção. Há que se priorizar o socorro imediato às famílias, e também urgência em investir em ações estruturantes para enfrentar os períodos de longa estiagem, cíclicos e previsíveis.

Esta seca, no entanto, embora ainda mantenha enraizadas muitas destas mazelas e injustiças, traz consigo outro viés que tem tornado a população mais capaz de resistir, de ser cidadã e deixar de ser manipulada.

Surgem nesse contexto programas oficiais que nem sempre se revestem de características de convivência com o Semiárido, mas alguns deles dão sua parte para a garantia mínima da dignidade das pessoas, como: o bolsa família, bolsa estiagem; a captação de água construída através das cisternas; a malha de captação e distribuição de água para produção e as adutoras.

Alguns destes processos implementados no Semiárido pelas experiências de fundos rotativos solidários, pela economia solidária, pelos intercâmbios entre agricultores pelas experiências variadas oriundas da criatividade dos agricultores, foram, gradativamente se tornando a base para que os agricultores do Semiárido se tornassem

cada vez mais sujeitos de sua história.

A ASA se vê na construção desta caminhada, participando de muitos destes processos mesmo com críticas, buscando promover a partilha no lugar da concentração, valorizando o camponês enquanto sujeito protagonista, portador de direitos, responsável por sua própria libertação, desencadeando outro tipo de desenvolvimento, sustentado e sustentável, que tem por fundamento a participação, a organização, a educação e o empoderamento das pessoas.

Isso, no entanto, se expressa melhorias, mas ainda está longe de ser suficiente. Ao contrário, assistimos constantemente uma luta dialética entre a proposta de convivência com o Semiárido, que diríamos estar na raiz das ações que refletimos acima, e daquelas de combate à seca, responsáveis pela miséria implementada do Semiárido e pela concentração das riquezas.

Diante desse quadro, a ASA vem a público refletir e propor ações emergenciais e o cuidado com o cidadão, e também ações estruturantes. Nisso surge quatro vertentes de atuação: no campo da captação da água, no campo do acesso à terra, no campo da assistência técnica e crédito, no campo da comercialização, venda de produtos e bancos de sementes.

Nesse contexto a ASA conclama todas as suas entidades e técnicos(as) para que possam dar conta das ações que estão a nosso encargo na ampliação da rede de captação e distribuição de água, na dinamização de bancos de sementes, em estar a serviço dos agricultores informando-os das políticas e medidas a que têm direito neste momento de seca, assim como a fazer

o controle social da boa aplicação dos recursos públicos destinados ao seu socorro e, assim, continuando a construção da convivência com o Semiárido.

A nossa rede precisa está a serviço dos agricultores e agricultoras familiares. E conclama a todos os movimentos e organizações sociais do Semiárido Brasileiro para fiscalizar e denunciar candidatos(as) que fizerem uso eleitoral de carros pipa ou quaisquer outros benefícios que as famílias tenham direito de acessar.

Conclama também os poderes públicos a que possa estar a serviço dos que sofrem, velando para que os recursos sejam bem aplicados e, em nenhuma hipótese, possam ser eleitoralmente utilizados. Conclama todos os cidadãos a que, olhando criticamente o fenômeno da seca, nele não localizem miseráveis, incapazes, esmoleres e recebedores de nossa compaixão e doação do supérfluo, mas cidadãos que sempre tiveram seus direitos negados durante séculos e que, não obstante, lutaram e estão conseguindo implantar no Semiárido a política da convivência, que faz desta seca uma seca diferente.

O Semiárido não precisa de bondade. Precisa de justiça, solidariedade e de que os direitos de seus filhos e filhas sejam respeitados. Deste modo, o que o Semiárido quer é a continuidade e aprofundamento da política de convivência com o Semiárido e de que seja cada vez mais afastada e erradicada a política de combate à seca.

Semiárido Brasileiro, maio de 2012

Coordenação Executiva da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

Audiência pública debateu operação em açudes na Paraíba

Conforme articulação do Coordenador Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), na Paraíba, Solon Alves Diniz, com o Ministério Público Federal, em Sousa-PB, foi realizada no dia 31 de maio, no auditório da IFPB/Sousa-PB, uma audiência pública cujo objetivo principal foi discutir de forma partilhada com a sociedade civil, poder público e usuários da área de influência dos Açudes Públicos: São Gonçalo e Engenheiro Ávidos, assuntos referentes a esses açudes.

Na audiência foram gerados encaminhamentos para subsidiar a tomada de decisão no que diz respeito a operacionalização daquele complexo de açudes e aporte de água para irrigação às culturas permanentes exploradas no Perímetro Irrigado São Gonçalo, no cultivo de 1200 hectares de coco e 400 hectares de banana, fonte de sobrevivência de uma população de cerca de 10.000 pessoas.

Com a estiagem que está se abate sobre o semiárido nordestino, a recarga que ocorria naqueles açudes, nos

últimos 8 anos e que dava tranquilidade à exploração agropecuária do perímetro, não aconteceu neste ano de 2012. Se pautando nos princípios de que, em caso de estado de escassez de recursos hídricos, o abastecimento humano e a dessedentação animal é prioritário, e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa, o DNOCS em atenção à legislação, fez estudos hidrológicos, construiu cenários de operação daquele complexo de açudes e trouxe para debate com a sociedade, sob o olhar guardião da democracia do MPF-PFR-Sousa/PB.

Houve um debate com perguntas e considerações pelo plenário, onde resultou em vários encaminhamentos, ficando estabelecido as seguintes medidas: Criação de um Grupo de Trabalho com a participação de instituições representativas da sociedade civil, dos usuários, de ensino, dos governos (federal, estadual e municipal), para apreciação mais detalhada do estudo apresentado, com visitas a subsidiar decisões para o

pleito foco da reunião; que seja realizado pelo DNOCS a atualização do levantamento das áreas cultivadas no perímetro irrigado São Gonçalo com data para entrega desse documento para 01 de julho próximo; o concerto imediato das comportas dos canais a fim de se evitar o desperdício de água no processo de distribuição da irrigação; o DNOCS deve mobilizar a Comissão Gestora dos açudes públicos de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos, sendo que essa comissão deve indicar um representante para compor o Grupo de Trabalho.

Uma nova reunião está marcada para julho próximo para discutir esse problema. A CEST/PB esteve presente à reunião pela técnica Maria de Lourdes de Sousa, membro do CBH PPA, representando na ocasião o Coordenador Estadual.

FONTE : Informativo on-line DNOCS

INFORMES DA DIRETORIA COLEGIADA

AESA participa de reunião do Comitê Integrado de Combate a Estiagem

A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) é o mais novo membro do Comitê Integrado de Combate à Estiagem na Região do Semiárido Brasileiro. A equipe de enfrentamento à seca, que é coordenada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, se reuniu no dia 17 de maio, às 9 h, na Secretaria de Estado da Infraestrutura, em João Pessoa.

SEMARH, ANA e CBH PPA realizam reunião em Caicó-RN

No dia 18 de junho de 2012, A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) juntamente com a Agência Nacional das Águas (ANA), e com apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), se reuniram no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó-RN, para discutir sobre as providências urgentes no equacionamento dos conflitos pelo uso da água no rio Seridó..

A SEMARH tem sido procurada por

usuários da Bacia do rio Piranhas-Açu, reportando-os diversos conflitos relacionados com o uso dos recursos hídricos. No RN existem vários rios de domínio da União, sendo um deles o rio Seridó, afluente pela margem direita do rio Piranhas-Açu. Neste rio existem 02 reservatórios: o Boqueirão de Parelhas, com uma capacidade de armazenamento de 84,8 milhões de m³; e o Passagem das Traíras, com uma capacidade de armazenamento de 49,7 milhões de m³. Atualmente o volume da água armazenado nestes reservatórios são de 52,8% e 45,8%, respectivamente.

Política de governança hídrica é tema de conferência promovida pela AESA

Estudantes, professores, funcionários públicos e usuários de água participaram no dia 20 de junho 2012 da conferência internacional "Política de governança hídrica: experiências na França e realidade do Nordeste brasileiro".

Promovido pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), reunindo mais de 200 pessoas no

auditório da reitoria da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

CURSOS A SEREM REALIZADOS PELO CBH PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU NO 2º SEMESTRE 2012

"Uso racional da água na irrigação - Métodos de irrigação"

Nos dias 03 e 04 de julho de 2012 ocorrerá em Sousa-PB o curso "Uso racional da água na irrigação Métodos de irrigação". O local ainda não está definido. A previsão de Início: 14h00 do dia 10 com término às 18h00 do dia 11 de julho.

Importância dos Planos Municipais de Saneamento Básico para a gestão da Bacia

Nos dias 23 e 24 agosto de 2012 ocorrerá em Assu-RN o curso "Importância dos Planos Municipais de Saneamento Básico para a gestão da Bacia". O local ainda não está definido.